

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIENCIAS JURIDICAS

Departamento de Direito Público

Ficha 2 (variável)								
Disciplina: Direit	o Desportivo			Código: DB113				
	1					8 -		
Natureza:								
() Obrigatória			(x) Semestral () Anual () Modular					
(x) Optativa								
Pré-requisito: Co-requisito:		Modalidade: (x) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD:						
CH Total: 30h CH Semanal: 2h	Padrão (PD): 30h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):	
Directo desportavo	, Constituição C		Brasil. Doping. Enti-			iista. Justiça desportiva. Fos.	maneramento do esporo	
1 Direito desporti	ivo Conceito Re	elação com outra	PR	OGRAMA	nortiva			
_		,	-		-	ntexto da inserção do artig	go 217 CF/1988	
_			_	-		rática desportiva. Regula		
local. Tratamento				inidades de adillill	isiração e de p	nanca uesponiva. Regula	memos e registação	

4. Direito desportivo trabalhista. Relação laboral de atletas profissionais, técnicos e árbitros. Contrato Especial de Trabalho Desportivo. Especificidades da

relação laboral desportiva. Cláusula compensatória e indenizatória desportiva. Contrato de formação desportiva.

- 5. Justiça Desportiva. Natureza jurídica e competência. Organização. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Procedimentos arbitrais: CNRD e CAS/TAS.
- 6. Financiamento do esporte no Brasil. Direito de transmissão. Responsabilidade do Estado. Disparidade entre as modalidades. Lei de Incentivo. Contratos de patrocínio. Direito Comparado organização do esporte universitário. Transferência de atletas.
- 7. Incerteza do resultado como princípio fundamental do esporte. Doping e seu tratamento. Regulamentação das apostas. Manipulação de resultados *match fixing*.
- 8. Tradição amadora diante dos novos desafios para a perpetuação das entidades esportivas. Administração das entidades. Benesses tributárias por parte do Estado. PROFUT. Compliance no Esporte. Clube-Empresa como alternativa.
- 9. Igualdade no desporto. Alternativas normativas. Racismo. Homofobia. Transgênero no esporte. Limites de atuação do direito.

OBJETIVO GERAL

Capacitar estudantes de Direito para atuarem no campo do Direito Desportivo. Apresentar categorias, institutos e diplomas normativos relacionados aos diferentes esportes, em âmbito nacional e transnacional. Propor reflexões sobre novos desafios que envolvem o esporte amador e profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

A partir do conhecimento do Direito Desportivo, o aluno deve ser capaz de analisar o cenário esportivo atual no Brasil, sendo apresentado aos principais aspectos que conduzem o esporte nacional. A partir das abordagens realizadas, pretende-se oferecer ao corpo discente capacidade para compreender as demandas atuais da relação entre direito e esporte.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas. Seminários. Debates. Análise de problemas.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação continuada e exercícios de elaboração de regulamentos e de simulação de julgamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

DECAT, Scheyla Althoff. Direito Processual Desportivo. Editora: Del Rey.

LYRA FILHO, João, "Introdução ao Direito Desportivo", Rio de Janeiro, Pongetti, 1952.

MELO FILHO, Álvaro, "Direito Desportivo – aspectos teóricos e práticos", Ed. IOB, S. Paulo, 2006.

MELO FILHO, Álvaro, "Nova Lei Pelé – Avanços e Impactos", Ed. Maquinária, Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, Martinho Neves. O Direito no Desporto. Editora Lumen Juris.

MORAES, Guilherme Campos de. Lex sportiva: entre a esfera pública, a autonomia privada e a necessidade de accontability.

VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa. A Evolução do Futebol e as Normas que o Regulamentam – Aspectos Trabalhistas-Desportivos. São Paulo: LTr, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

MANSSUR, José Francisco C. CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de. Futebol, Mercado e Estado. Editora Quartier Latin.

ROSIGNOLI, Mariana. RODRIGUES, Sergio Santos. Manual de Direito Desportivo. Editora LTR.

SILVA, Márcia Santos da. Interesse Público e Regulação Estatal do Futebol no Brasil. Editora Juruá.

VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa. Manual de Direito do Trabalho Desportivo. São Paulo: LTr, 2016.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. Os Atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho. Editora: LTr.

*OBS: ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por ENEIDA DESIREE SALGADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 01/11/2019, às 10:53, conforme art. 1° , III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LUIS KANAYAMA**, CHEF DEPTO DIREITO PUBLICO, em 01/11/2019, às 13:18, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida <u>aqui</u> informando o código verificador 2267556 e o código CRC 55062A78.